

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

A VERDADE SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA O SNS, O ACESSO CADA VEZ MAIS DIFÍCIL A SERVIÇOS DE SAÚDE PELOS PORTUGUESES, E O ESTRANGULAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUE É EXEMPLO A SITUAÇÃO NA ADSE MOTIVADO PELA OBSESSÃO DE REDUZIR RAPIDAMENTE O DÉFICE A ZERO PARA “BRILHAR” EM BRUXELAS

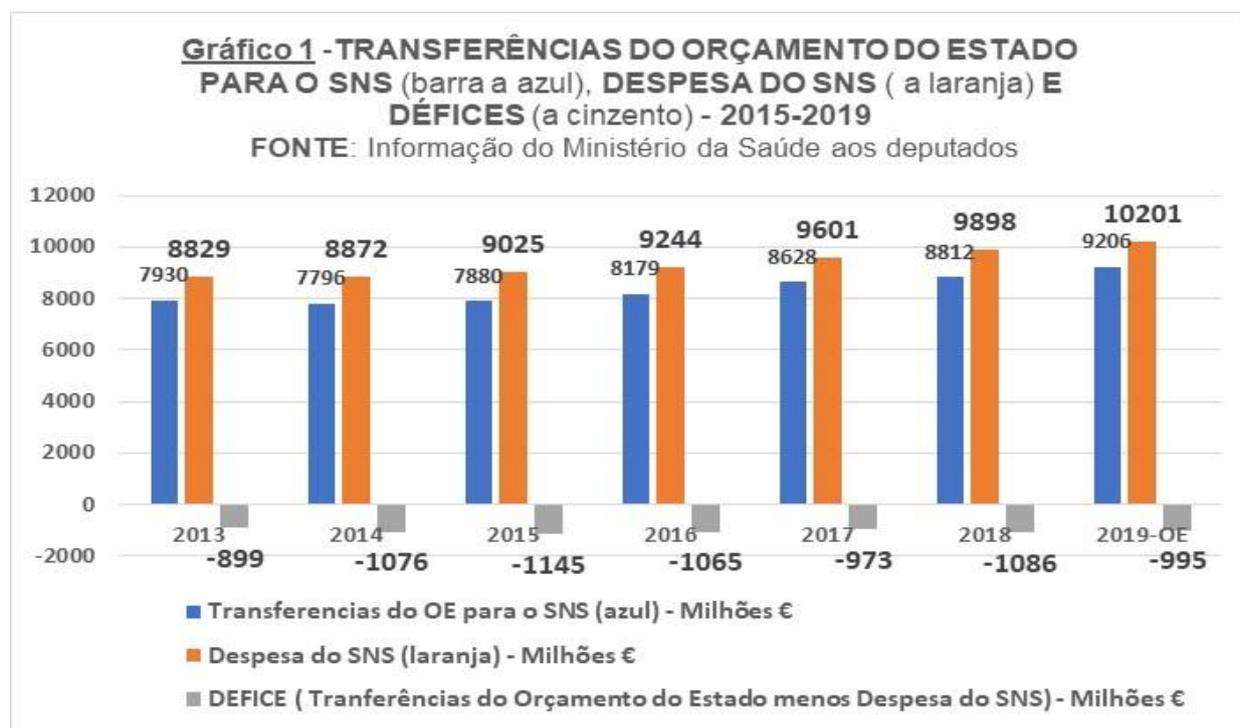
Uma das questões que mais preocupam os portugueses, confirmada pelas sondagens realizadas, são as dificuldades crescentes que enfrentam para ter acesso a cuidados de saúde, nomeadamente no Serviço Nacional de Saúde (SNS). Por essa razão, esta questão tem sido objeto de grande debate público por parte dos partidos que concorrem às eleições de outubro.

O governo e o PS têm afirmado que nunca tanto dinheiro foi aplicado no SNS, e que nunca tanto se fez pelo SNS como durante o atual governo. Mário Centeno, um dos arautos das posições governamentais, afirma mesmo que não há cortes e nem cativações na saúde. Os outros partidos criticam o governo e o PS pelas dificuldades visíveis que enfrentam os portugueses no acesso a serviços de saúde e pela escassez de meios que o atual governo dedicou ao SNS.

Neste estudo, utilizando dados oficiais de um outro estudo nosso mais desenvolvido – “**SNS - a situação atual, problemas que enfrenta e desafios futuros**” -incluído num livro publicado em junho de 2019, com o título “História do Serviço Nacional de Saúde em Portugal” encomendado pelo Conselho Regional do Sul da Ordem dos Médicos, vamos analisar e tornar claro o que se verifica.

AS TRANSFERENCIAS DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE CONTINUARAM A SER MUITO INFERIORES À SUA DESPESA COM O ATUAL GOVERNO

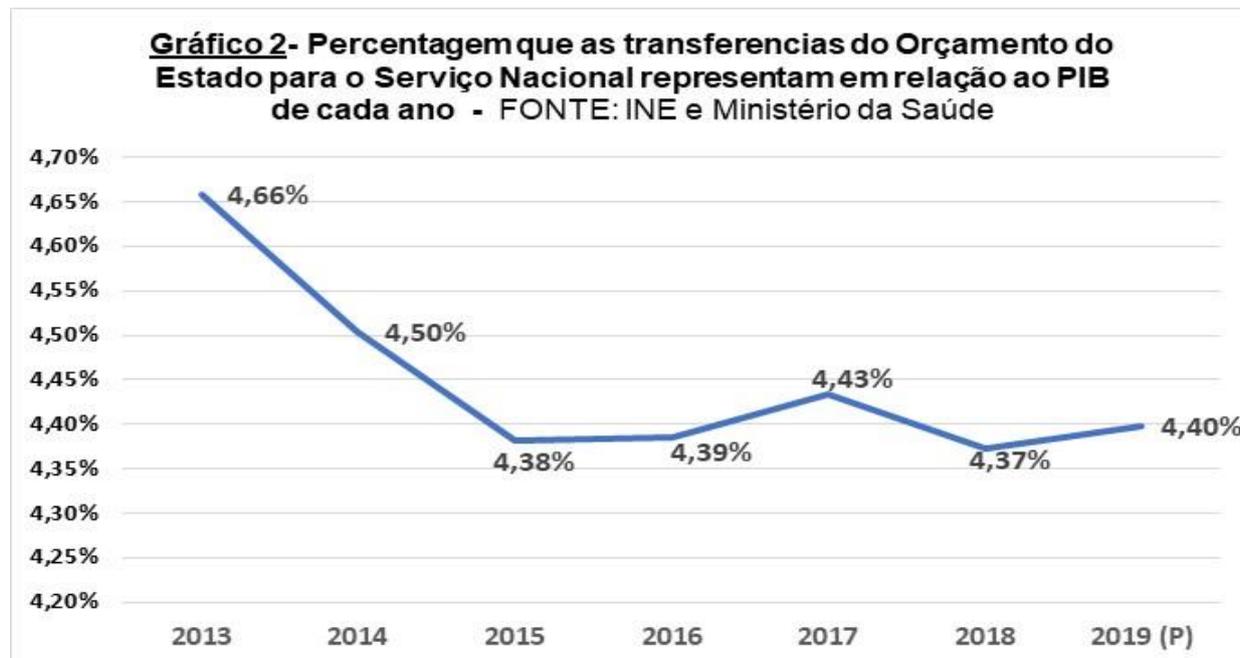
O gráfico 1, construído com dados constantes do nosso estudo publicado no livro referido anteriormente, mostra que o subfinanciamento crónico do SNS (*transferências do OE para o SNS inferiores à despesa*) continuou mesmo com o atual governo



Segundo os dados oficiais do gráfico 1, no período do atual governo (2015/2019) os défices (*coluna negativa a cinzento*) do SNS (*transferências do OE para o SNS menos Despesa do SNS*) foram, em média de -1.052,8€ por ano, portanto superiores aos verificado durante o governo PSD/CDS e “Troika que, no período 2013/2014, foram em média de -987,5 milhões € por ano. No período do atual governo (2015/2019) os défices acumulados (*transferências do OE inferiores às despesas do SNS*) somaram -5.264 milhões €. E isto apesar das transferências do OE para o SNS terem aumentado, entre 2015 e 2019, em 1.326 milhões €. O certo é que os défices anuais do SNS não diminuíram; até aumentaram, daí as suas dificuldades crescentes. E o SNS para poder funcionar é obrigado a endividar-se (*em julho.2019, a dívida dos hospitais EPE era de 550,4 milhões €*).

DURANTE O ATUAL GOVERNO A PARCELA DE RIQUEZA CRIADA NO PAÍS TRANSFERIDA PELO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA O SNS ATÉ DIMINUIU

Como mostram os dados do gráfico 2, também foi construído com dados oficiais (INE e MS), e contrariamente ao que se pretende fazer crer, a parcela de riqueza criada no país (PIB) transferida para o SNS, através do Orçamento do Estado, diminuiu com o atual governo.



As percentagens do gráfico 2 foram calculadas com base em dados oficiais. E como se conclui a percentagem de riqueza criada no país (PIB) transferida anualmente para o SNS, através do OE, pelo atual governo não aumentou; pelo contrário, até foi inferior à de 2013 e 2014.

Durante o debate da nova Lei de bases da saúde aprovada pela Assembleia da República, defendemos que fosse introduzida na lei uma **norma travão** que estabelecesse que as transferências do Orçamento do Estado para o Serviço Nacional de Saúde não podiam ser inferiores, anualmente, a 5% do PIB a preços correntes do respetivo ano. Isto para impedir o arbítrio dos governos, que transferem cada ano o que querem, muitas vezes condicionados, como aconteceu com este governo, pela obsessão de reduzir o défice a ZERO e de se apresentar em Bruxelas como “bom aluno”, e obter o aplauso, incluindo da direita, de ser “o ministro de contas certas” Assim é fácil. A introdução dessa **norma travão contra o subfinanciamento crónico do SNS** teria determinado que, no período 2015/2019, o SNS tivesse recebido do Orçamento do Estado, em média por ano, mais 1.100 milhões €, a quantia suficiente para acabar com o subfinanciamento crónico do SNS, pagar mais aos profissionais de saúde, acabar com a promiscuidade que existe a nível destes de trabalharem simultaneamente no SNS e nos grandes grupos privados de saúde, e exigir uma gestão mais eficiente e responsável, acabando com a má gestão e promiscuidade que prolifera no SNS e o destrói. Enviamos a proposta da introdução desta norma travão à comissão nomeada pelo governo e presidida pela Dra. Maria de Belém assim como aos partidos mas nenhum teve a coragem de propor e defender a introdução de uma medida desta natureza na nova lei de bases da saúde, mas agora todos falam, incluindo o partido do governo, que é preciso defender o SNS e dotar este dos meios financeiros necessários

O ESTRANGULAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, NOMEADAMENTE DE SAÚDE, DE QUE É EXEMPLO A SITUAÇÃO NA ADSE

Mário Centeno declara que não corta nem cativa despesas de saúde. Apesar da ADSE ser financiada quase exclusivamente com os descontos dos trabalhadores e aposentados da Função Pública (em 2019, são mais de 600 milhões €), no orçamento inicial apresentado ao governo este cortou, arbitrariamente e sem dar qualquer justificação, 50 milhões€ nas despesas com saúde e 1,5 milhões € nas despesas de pessoal. Como consequência, no orçamento aprovado pelo Ministério das Finanças não existe verba suficiente para pagar as despesas de saúde do Regime convencionado e do Regime livre dos trabalhadores e aposentados da Função Pública em 2019. E como tudo isto já não fosse suficiente, em fevereiro-2019 cativou mais 650.000€ nas despesas com pessoal o que determina que a ADSE não tenha verba para lançar qualquer concurso para contratar os trabalhadores que necessita para poder funcionar normalmente, servir melhor os beneficiários, e combater com eficácia a fraude e o consumo desnecessário. Durante janeiro de 2019, a ADSE esteve até impossibilitada de fazer quaisquer aquisições de bens e serviços essenciais para o seu funcionamento porque foi impedida pelo Ministério das Finanças (a razão é que não tinha lançado os “cativos”). É esta a realidade na Administração Pública que contradiz o discurso oficial, e é importante que os portugueses conheçam pois afeta os serviços prestados.

Se quiser receber gratuitamente estes estudos semanais envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

Ao longo do ano de 2019, a ADSE para poder funcionar é obrigado a mendigar ao Ministério das Finanças autorizações de reforço das verbas cortadas pelo governo, o que causa a multiplicação da carga de trabalho para os poucos trabalhadores que tem a ADSE e atrasos contínuos.

Para poder manter em funcionamento os serviços no mínimo, a ADSE tem sido obrigada a fazer aquisições de serviços a empresas de trabalho temporário, “comprando milhares de horas de trabalho”. É o que sucedeu no Regime livre visando reduzir o atraso médio de cerca de 3 meses (*há casos em que o atraso é de muitos mais meses*) que se verifica nos pagamentos dos reembolsos aos beneficiários. Mas mesmo aqui a interferência do Ministério das Finanças é brutal. É ele que fixa o valor máximo por hora que a ADSE pode pagar. E no último concurso, o Ministério das Finanças determinou que o valor máximo que a ADSE podia pagar por hora a uma empresa de trabalho temporário era apenas 4,77€, o que determina que a empresa de trabalho temporário pague ao trabalhador entre 2,5€ e 2,8€/hora. O concurso ficou deserto. E a ADSE tem de repetir o concurso com o mesmo valor. António Costa diz aos patrões privados que é necessário que aumentem os salários aos trabalhadores quando na Administração Pública, por imposição do ministério de Mário Centeno, se paga entre 2,5€ e 2,8€ hora a trabalhadores precários. É uma contradição.

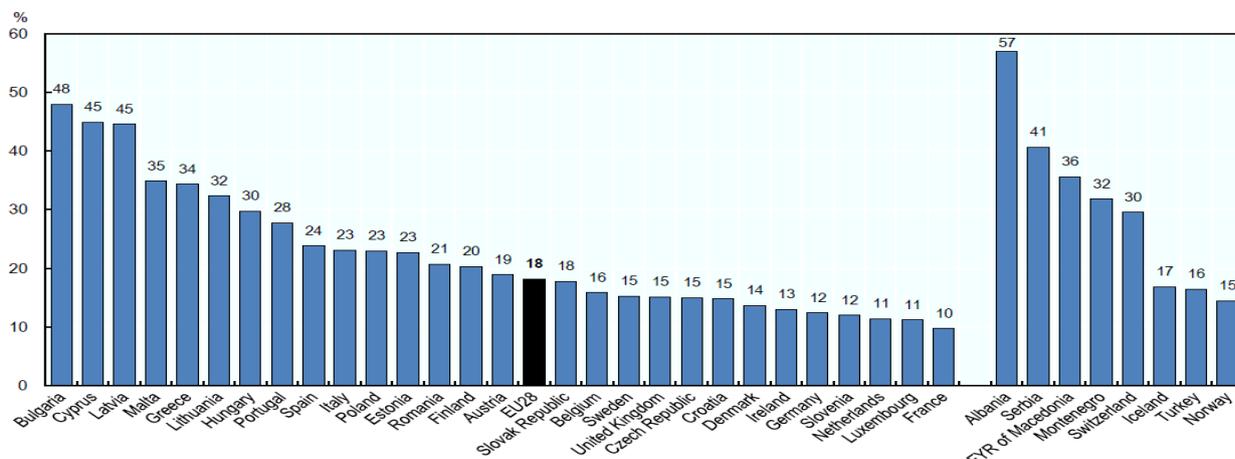
O que acontece na ADSE certamente sucede em muitos serviços públicos. A ADSE é apenas um exemplo. E a ADSE é financiada quase exclusivamente com os descontos dos trabalhadores e aposentados, o que não acontece nos outros serviços. Mas é desta forma que o atual governo consegue o défice orçamental de zero, pois os saldos positivos acumulados na ADSE também servem para reduzir o défice, embora continuem a pertencer à ADSE. E é também por esta razão que Mário Centeno afirma que é mais fácil tomar medidas se o PS tiver a maioria absoluta.

A DESPESA SUPOSTADA COM SAÚDE PELAS FAMILIAS É MAIS ELEVADA EM PORTUGAL QUE NA UE

Como consequência do subfinanciamento crónico do SNS, da promiscuidade publico privada dos profissionais de saúde, que trabalham simultaneamente no SNS e principalmente nos hospitais dos grandes grupos privados de saúde, devido a ausência de uma carreira e de remunerações dignas no SNS, e ao estrangulamento de toda a Administração Pública pelo atual governo para reduzir o défice orçamental a zero, e à má gestão que existe no SNS, a despesa das famílias com a saúde aumentou muito em Portugal, sendo muito mais elevada do que a média da União Europeia. O gráfico 3 da OCDE que a seguir se apresenta mostra com clareza isso. Como consequência, o negócio privado da saúde explodiu em Portugal, nomeadamente o dos 5 grandes grupos (*Luz, JMS, Lusíadas, Trofa e grupo dos Hospitais Privados do Algarve*) que dominam totalmente o mercado privado da saúde, eliminando os pequenos e médios prestadores, o que tem sido ajudado pelos governos através da criação de dificuldades ao SNS e de uma gestão na ADSE que tem concentrado a prestação de cuidados de saúde aos beneficiários apenas nos grandes grupos (*desde que entrei para o Conselho diretivo da ADSE em representação dos beneficiários tenho procurado combater essa gestão que favorece os grandes grupos de saúde e prejudica os pequenos e médios prestadores, e os beneficiários pois dificulta o acesso à saúde, mas tem sido em vão – até a esta data só consegui a assinatura de 2 convenções c/ hospitais de IPSS e Misericórdias - devido à forte oposição dos dois membros do conselho diretivo nomeados pelo governo em sua representação*). A privatização da saúde em Portugal está-se a fazer através de aquisição de bens e serviços ao setor privado pelo setor público. Em 2019, a compra de bens e serviços aos privados pelo SNS atingirá 5.756 milhões € e da ADSE e ADM mais de 650 milhões €.

Gráfico 3– Percentagem da despesa total com saúde suportada pelas famílias-2016

Share of total health spending financed by out-of-pocket payments, 2016 (or latest year)



Em Portugal, em 2016, 28% da despesa com a saúde era suportada diretamente pelas famílias, quando a média nos países da União Europeia era, no mesmo ano, apenas de 18% como mostram os dados da OCDE (*OECD Health Statistics, Eurostat Database*). Atualmente a situação ainda deve ser mais grave. É esta a realidade. Eugénio Rosa – edr2@netcabo.pt 21-9-2019